



Reunião de 23/06/2016

ATA N.º 17/2016

ATA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE NELAS, REALIZADA EM VINTE E TRÊS DE JUNHO DE DOIS MIL E DEZASSEIS

---- Aos **vinte e três dias do mês de junho do ano de dois mil e dezasseis**, nesta Vila de Nelas e edifício dos Paços do Município, reuniu pelas dez horas, a Câmara Municipal de Nelas, em reunião extraordinária, sob a presidência do Senhor Presidente da Câmara, Dr. José Manuel Borges da Silva, estando presentes os Senhores Vereadores, Artur Jorge dos Santos Ferreira, Dr. Alexandre João Simões Borges, Dr. Manuel da Conceição Marques, Dr.^a Sofia Relvas Marques, Dr.^a Rita Alexandra Brito Ferreira Cardoso das Neves e Adelino José Borges Amaral. -----

SITUAÇÃO FINANCEIRA

---- O Senhor Presidente da Câmara, Dr. José Manuel Borges da Silva, cumprimentou todos os presentes e declarou aberta esta reunião extraordinária do dia 23 de junho de 2016. Situação financeira do Município referente ao dia anterior – Resumo Diário de Tesouraria - Total de disponibilidades: 1.392.647,22 euros (um milhão trezentos e noventa e dois mil seiscentos e quarenta e sete euros e vinte e dois centimos), sendo de operações não orçamentais: 152.005,82 euros (cento e cinquenta e dois mil cinco euros e oitenta e dois centimos). -----

ORDEM DE TRABALHOS

(173/20160623)1. – PROPOSTA DE DELIMITAÇÃO DAS ÁREAS DE REABILITAÇÃO URBANA (ARU,S) PARA POSTERIOR SUBMISSÃO À ASSEMBLEIA MUNICIPAL PARA APROVAÇÃO (ARTIGO 13.º, DO DECRETO-LEI N.º 307/2009, DE 23/10, NA SUA ATUAL REDAÇÃO) – APROVAÇÃO

---- Presente a Proposta de delimitação das Áreas de Reabilitação Urbana (ARU,s) para posterior submissão à Assembleia Municipal para aprovação (artigo 13.º, do Decreto-Lei n.º 307/2009, de 23/10, na sua atual redação), (Anexo I), fazendo parte integrante desta ata. -----

---- O Senhor Presidente afirmou que a Ordem de Trabalhos tinha a ver com a proposta de delimitação das Áreas de Reabilitação Urbana (ARU,s) para posterior submissão à Assembleia Municipal para aprovação. Foram enviados os documentos aos Senhores Vereadores com aquilo que constitui a proposta de delimitação das ARU,s, que é o que é necessário para que o Município de Nelas possa, até ao final do mês, apresentar a candidatura nos termos do Aviso n.º Centro-16/2016-01 – Plano de Ação de Regeneração Urbana, nos termos do qual temos que apresentar até ao final do mês de junho uma candidatura a ações financiáveis no âmbito do Portugal 2020, do Centro 2020, na sua componente regional. No essencial, este aviso está aberto, também só para esclarecimento dos Senhores Vereadores, no âmbito daquilo que já foi anteriormente referenciado em termos de reabilitação urbana. O acordo de parceria implicou que, em matéria de reabilitação urbana, o território fosse dividido em três realidades distintas, que eram as áreas metropolitanas, que saiu um aviso



Reunião de 23/06/2016

especificamente para elas e que foi um visto negociado e até com a gestão direta de fundos. Foram, depois, os PEDU,s nessas áreas metropolitanas e cidades de segunda ordem, que incluía Viseu, onde estava uma componente de reabilitação urbana em que eles são propriamente centros gestores das verbas para reabilitação urbana nas várias componentes de mobilidade, reabilitação urbana e inclusão social. Depois abriu aquilo que também todos ouviram falar, os PEDU,s, os Planos Estratégicos de Desenvolvimento Urbano de Cidades de Terceira Ordem. Estão a falar de cidades, de aglomerados populacionais assim catalogados no âmbito dos documentos de gestão territorial. Estão a falar de Mangualde, de Tondela, de Seia, de Gouveia, em que, de facto, houve também um período de candidatura até janeiro deste ano em que eles também se candidataram e também tinha essas três componentes. Tinha a componente de reabilitação urbana, propriamente dita, tinha a componente de mobilidade urbana e tinha a componente de inclusão social. Houve, por parte dessas cidades de terceira ordem a apresentação de candidaturas que depois deram lugar a negociação no âmbito da CCDDR Centro, em que há um pacote financeiro para estas três componentes e ouviram falar de valores na ordem de 4 milhões de euros para Seia, 6 milhões de euros para Mangualde, ou 5 milhões de euros para Mangualde, seis milhões de euros, ou 7 milhões de euros para Tondela. Isto acontece porque, de facto, foi estruturado o PT 2020 e os PO Regionais no sentido destas cidades de terceira ordem terem estas três componentes juntas, negociadas em bloco, mobilidade urbana, reabilitação urbana e inclusão social. Existem, agora, os denominados, também ali no Aviso, aglomerados complementares, ou centros urbanos complementares, onde se incluem aqueles centros urbanos que não são aqueles que ele, Senhor Presidente, acabou de falar. Portanto, onde se inclui Nelas, juntamente com mais 69 outros aglomerados urbanos desde Aguiar da Beira, Vouzela, portanto, estão todos constantes no anexo I do Aviso. É um aviso que tem para estes aglomerados urbanos apenas a componente de reabilitação urbana e são 70 milhões de euros para estes 69 aglomerados urbanos. Reforça que se trata apenas de reabilitação urbana, não de mobilidade, nem de inclusão social porque o aviso da mobilidade vai depender do PAMUS, do Plano de Ação de Mobilidade Urbana da CIM Viseu Dão Lafões, que a CIM Viseu Dão Lafões tem que o apresentar até final de julho, vias circuláveis, percursos pedestres, aumento das zonas urbanas, substituição do automóvel por bicicleta, etc., entrará tudo no âmbito das ações identificadas na CIM Viseu Dão Lafões, no PAMUS para estes aglomerados complementares. Também políticas de inclusão social, particularmente, de bairros desfavorecidos, áreas urbanas com problemas sociais, devidamente identificados, a merecerem tratamento, vão também entrar na vertente da inclusão social e vai entrar no bolo geral a que todos estes 69 Municípios terão que recorrer. Realça, também, no âmbito do mesmo aviso, que o aviso saiu direcionado exclusivamente, no ponto 1, para os centros urbanos identificados, sendo que a empresa SPI que está a dar apoio ao Executivo na construção desta candidatura e cujo procedimento de contratação também está ali disponível para os Senhores Vereadores, se quiserem, podem ver e como ele, Senhor Presidente, já explicou numa reunião anterior, que o Executivo recorreu porque é a Sociedade Portuguesa de Inovação que tem algumas dezenas de Conselhos a quem presta apoio, seja nas cidades de terceira ordem, seja também nos agrupamentos complementares, portanto, estão em diversíssimos projetos na área da reabilitação urbana. Portanto, o Executivo considerou que podia trazer, de facto, um apor comparativo muito interessante para o Município de Nelas, quer em termos das candidaturas



Reunião de 23/06/2016

que apresentaram por outros sítios, quer em termos de ações concretas que são candidatáveis. Contrariamente ao que aconteceu nos PEDU,s, o Aviso e o PO Regional insistiu de que nesta fase da reabilitação urbana as ações que irão ser apoiadas serão, exclusivamente, na sede do Concelho. Há um pedido de informação específico por parte da SPI, dirigida à Entidade Gestora do Programa e eles reafirmaram que são ações específicas dirigidas á sede do Concelho. Seja como for, no âmbito do Aviso de 70 milhões de euros para 69 áreas urbanas complementares, de acordo com as contas que a SPI também fez, da capitação em termos de população e território do Município de Nelas, é expectável que calhe nesta candidatura e, portanto, na apreciação desta candidatura, que caiba ao Município de Nelas um montante próximo de entre 1 milhão de euros e 1.300.000,00 euros para reabilitação urbana. Não obstante isso e é o que outros Municípios também estão a fazer, o Executivo está a construir a candidatura no sentido de aprovar as quatro áreas de reabilitação urbana que definiu, que são Nelas, Canas de Senhorim, Caldas da Felgueira e Santar e apresentar a candidatura, não obstante, saber isto e criando todas as condições para que respeitando os estritos termos da candidatura, o Município não venha a ser prejudicado em termos de flexibilidade e de a agilidade na aprovação da mesma, o Executivo tem acordado com a Sociedade que vai apresentar a candidatura e que a está a construir, apresentar uma candidatura na mesma a quatro ARU,s, Nelas, Canas de Senhorim, Santar e Caldas da Felgueira, Apresentar depois um conjunto de ações, que é aquilo que é necessário para a candidatura, é o PARU, o Plano de Áreas de Reabilitação Urbana, ou de Ações de Reabilitação Urbana e apresentá-la em termos alternativos. Portanto, dizer na candidatura que o nosso entendimento é que deve ser abrangido todo o Município nas suas quatro áreas, mas que se o entendimento da CCDR permanecer inalterável relativamente às sedes de Concelho, que então aprovem a reabilitação urbana para a sede do Concelho. Não se perde nada porque sempre ficarão ARU,s construídas para uma reprogramação em termos de quadros comunitários, quer também para alocação de verbas do próprio Orçamento Municipal para intervenções do ponto de vista do investimento público nessas áreas de reabilitação urbana. As áreas de reabilitação urbana não têm apenas uma componente de investimento público, têm também, sobretudo, uma componente de investimento privado porque as áreas de reabilitação urbana são uma exigência do PT 2020 para efeitos de fundos comunitários, portanto, são há fundos comunitários se a Câmara definir áreas específicas onde pode haver verbas para reabilitação urbana. Essas áreas específicas e em determinadas áreas são uma área territorial efetivamente delimitada. E também em três vertentes de reabilitação urbana. Só há dinheiro para, neste aviso, também que está cá escrito, logo no início no Introito, para requalificação de zonas ribeirinhas, zonas industriais degradadas, ou recuperação de centros históricos. Portanto, é isso que está, concretamente, no aviso. É o Aviso Centro 2016-01. Reafirma que o que está devidamente identificado são, concretamente, está logo dito no Introito do Aviso, que é, investimentos públicos na área dos centros históricos, zonas ribeirinhas, ou reconversão de zonas industriais abandonadas. Portanto, o investimento público é nesta natureza. Mas o MARU é mais que um investimento público. O MARU é também o mecanismo dentro daquele complexo territorial, dentro daquele território que é definido na ARU, em que os privados podem também recorrer a benefícios para reabilitação urbana de imóveis, beneficiando de uma série de prerrogativas que a legislação relativa à reabilitação urbana prevê. É por isso que a definição das ARU,s é também importante, quer não só para o quadro de benefícios fiscais que podem advir da



Reunião de 23/06/2016

reabilitação urbana e, portanto, se uma casa degradada estiver dentro do perímetro definido, a pessoa pode, no quadro fiscal que está definido como área prioritária de reabilitação urbana e que o Executivo definiu, ou propôs que sejam os núcleos históricos de Nelas e de Canas de Senhorim, ligando, não só, as oportunidades privadas, mas também o investimento público, e também Caldas da Felgueira por causa da potenciação do dinheiro do PROVER das Termas, quer Santar por causa do, eventualmente, PROVER, ou um programa específico de apoio à cultura vitivinícola em zona histórica como é Santar. Portanto, a definição das ARU,s tem estas duas componentes, de investimento público e de investimento privado. Portanto, mesmo que não haja investimento público na ARU de Canas de Senhorim, ou na ARU da Felgueira, ou na ARU de Santar, haverá sempre um quadro de benefícios fiscais às pessoas que queiram reabilitar os edifícios. Além disso, além do quadro de benefícios fiscais, há também a possibilidade de, dentro daquele perímetro urbano, os proprietários poderem recorrer ao INFRU, que é um instrumento de financiamento a taxas de juro bonificadas. Tudo isto são informações e esclarecimentos que estão no site do IRHU – Instituto da Reabilitação e Habitação Urbana. Estes mecanismos estão lá todos. Está lá o quadro legislativo aplicável. Está lá o INFRU. Está lá a legislação. Está lá tudo disponível. Portanto, quem estiver dentro das zonas urbanas delimitadas pode recorrer também a um quadro financeiro de juros bonificados que, progressivamente, o Instituto Nacional da Habitação e Reabilitação Urbana vai disponibilizando, e como também já todos sabem, e ele, Senhor Presidente, acha que também já o disse, a intenção deste Governo é, de facto, dotar também este Instituto de meios financeiros e de alocar até algumas verbas do Fundo de Garantia da Segurança Social para a reabilitação urbana, aproveitando também o carácter multiplicador e propulsor da construção civil. O que está proposto hoje em reunião de Câmara, portanto, temos e era isso que ele, Senhor Presidente, gostava de definir bem. Ele, Senhor Presidente, também confessa que este quadro mental também teve que o perceber no início, porque são ARU,s, PARU,s, simples, compostas, etc., que é uma linguagem um bocadinho difícil de interiorizar e de entrar nela. Mas, em termos de áreas de reabilitação urbana temos um quadro legal das áreas de reabilitação urbana e que está definido. Mesmo que não houvesse fundos comunitários, a Câmara de Nelas, e também se formos a esse IRHU já estão dezenas de ARU,s constituídas pelo país. Mesmo que não houvesse fundos comunitários havia sempre a possibilidade de Nelas constituir para ali, para a Rua Gago Coutinho uma ARU, uma área de reabilitação urbana, para dar estímulo aos proprietários para eles recuperarem as fachadas das casas, por exemplo, ou recuperarem um imóvel para arrendamento, ou seja para que for. Portanto, esse quadro legal, que também vamos ter que percorrer esse caminho, implica a aprovação da delimitação territorial. Implica o Plano Estratégico de Reabilitação Urbana, o PERU. Do ponto de vista estratégico, o que é que a Câmara quer fazer em Nelas e em Canas de Senhorim? E foram os dois PERU,s que foram contratados com esta empresa SPI, que nos está a fazer. Do ponto de vista estratégico, depois desta intervenção pública, de uma intervenção pública e do investimento privado, onde é que a Câmara está e onde é que quer chegar do ponto de vista da reabilitação urbana? E também implica um PARU, que é um Plano de Ações de Reabilitação Urbana. Concretamente, o que é que é para fazer na Rua Gago Coutinho? O que é que é para fazer no Cine-Teatro? O que é que é para fazer na Rua Keil do Amaral? Concretamente, o que é que é para fazer? Que investimento é que é para fazer lá? Portanto, isto é a definição das ARU,s legais e hoje o que for aprovado ali em



Reunião de 23/06/2016

reunião de Câmara é o início desse percurso que nos irá conduzir depois a uma aprovação definitiva das ARU,s em termos de a submeter a aprovação da Assembleia Municipal. Portanto, isto é o início de um caminho que não acaba aqui. Portanto, hoje, esta definição das ARU,s é apenas a definição territorial das ARU,s, que depois há-de dar lugar a um Plano Estratégico de Reabilitação Urbana, que a SPI ainda só apresentou uma proposta para Nelas e ainda não apresentou para Canas de Senhorim. Há-de vir depois a reunião de Câmara o Plano Estratégico de Reabilitação Urbana para Nelas e para Canas de Senhorim e depois também já estarão, nos próximos meses, já teremos algum ideia relativamente aos investimentos e a um eventual Plano Estratégico para a Felgueira e para Santar. Isso é o Plano legal das áreas de reabilitação urbana. O aviso é apenas para efeitos comunitários. E para efeitos de candidatura da Câmara a efeitos comunitários, a única coisa que é exigida, como maturidade da candidatura para nos podermos candidatar é que esteja aprovada em reunião de Câmara a delimitação territorial das áreas de reabilitação urbana. Portanto, é isto que está hoje em discussão. Portanto, hoje, é apenas a delimitação territorial das ARU,s. Mas ele, Senhor Presidente, traz e por isso é que está com esta conversa toda, com esta informação toda, gostava também e a candidatura é para ser apresentada para a semana, de ouvir os Senhores Vereadores relativamente às ações que o Executivo não tenha pensado e que sejam enquadráveis nesta questão de classificação de centros históricos, zonas ribeirinhas, que é o caso das Caldas da Felgueira, ou áreas industriais abandonadas, porque o Executivo tem que apresentar na candidatura a delimitação das ARU's e um plano de ação ainda que a traço grosso definido do que é que pretendemos fazer. Depois vai haver um período de negociação na CCDR relativamente às ações concretas, à malha mais fina das ações que eles vão aprovar. Fizeram isso com os PEDU,s, com Mangualde, com Tondela, com Seia, com Gouveia, a quem o Executivo pediu os PEDU,s e que lhe têm dado uma excelente ajuda relativamente também a ações concretas que eles tenham apresentado e discutido e tenham sido aceites pela CCDR, que também é bastante importante. Portanto, nós temos hoje isto. A delimitação que foi enviada ao aviso, no âmbito do aviso, a maturidade é a aprovação das delimitações territoriais. Quer dizer aos Senhores Vereadores que a delimitação territorial que está proposta para Nelas, Canas de Senhorim, Santar e Felgueira, resultou também, como todos souberam, quer da apresentação de uma proposta da parte do Executivo, quer de sugestões que resultaram da discussão que o Executivo promoveu com a população. Houve, no Multusos, discussão sobre ARU onde estiveram algumas dezenas de pessoas a dar contributos. Houve, em Santar, também uma discussão sobre a ARU de Santar, onde o Executivo também colheu alguns contributos. Podia dizer aos Senhores Vereadores que o perímetro urbano foi até alargado, quer nas Caldas da Felgueira, quer em Nelas com a Quinta do Pomar, que estava excluída, foi incluída. Em Canas de Senhorim acha que não houve sugestões de alteração, que também abrange um perímetro desde o Bairro dos Mineiros à Estação do Caminho-de-Ferro, portanto, todo o perímetro urbano, incluindo os Fornos Elétricos, portanto, a sul do Caminho-de-Ferro. E em Santar abrange, porque a empresa entende que é centro histórico, desde Casal Sancho, Santar, incluindo a zona nova, até ao cemitério, até à Rua da Soma, porque isso também vai de encontro ao projeto Santar Garden Village que está previsto. Vai referenciar aos Senhores Vereadores um conjunto de ações que estão previstas e que têm que ser a traço grosso, dentro deste perímetro que ele, Senhor Presidente, referenciou. Reafirma, porque é importante, porque podem ter outro conjunto de ações importantes, desportivas, de âmbito



Reunião de 23/06/2016

cultural e etc., mas que não entram neste aviso. Neste aviso é requalificação de zonas ribeirinhas, centros históricos e áreas industriais degradadas. É expectável que o Executivo vá ter para investimento é 1 milhão de euros. 1.300.000,00 euros. Já há uma quantificação do conjunto de ações que o Executivo quer levar a cabo. Portanto, o Executivo irá apresentar uma candidatura, uma PARU, Plano de Ações de Reabilitação Urbana, para as quatro áreas de entre, está a negociar e a ultimar isso, seguramente, entre os 4 milhões de euros e os 5 milhões de euros, quer para permitir uma negociação em que o Executivo ancorá o investimento no Município de Nelas por cima, tendo a expectativa de 1 milhão de euros, 1,5 milhões de euros, ou 1.300.000,00 euros, quer para ter uma reprogramação que permita ao Executivo também já estar bem posicionado para um reforço de verbas. Além disso, ter também um quadro estratégico interno para a Câmara poder, nos seus PPI,s, Planos Plurianais de Investimentos, projetar investimentos nessas áreas. Portanto, para Nelas, o Executivo tem pensado em termos de recuperação, de ações concretas de recuperação do centro histórico tem pensada a ampliação do Cine-Teatro e requalificação do espaço público envolvente. Atualmente, este equipamento tem uma sala, o Cine-Teatro, com capacidade para 200 pessoas, é um infraestrutura de 1948 e o que se pretende também é depois negociar com a CCDR a ampliação da capacidade desta infraestrutura para 300 pessoas, 350 pessoas. E considerando a construção do novo edificado com uma dimensão de 20 por 30 metros, o que pode implicar a aquisição, às Infraestruturas de Portugal, da conhecida Casa do Caldeira, a poente do Cine-Teatro. O Executivo está com a ideia de indicar essa ação como ação de requalificação urbana. Ele, Senhor Presidente, recorda, por exemplo, no PEDU de Mangualde, uma das ações concretas identificáveis é a recuperação do Cine-Teatro, que é irmão gémeo do Cine-Teatro Municipal de Nelas, da autoria também de Keil do Amaral. Portanto, ele, Senhor Presidente, acha que o Município de Nelas, particularmente a sede do Concelho, justificava ter uma infraestrutura como tem o Carregal do Sal, um Centro de Artes como tem o Carregal do Sal, que pudesse complementar, estar a jusante de todo o trabalho, de toda a componente empresarial e industrial que se verifica em Nelas e portanto, todos os Senhores Vereadores sabem e todos já passaram pela gestão, muitos dos que estavam ali naquela Mesa já passaram pela gestão da Câmara e sabem muito bem as limitações do nosso Cine-Teatro Municipal, apesar das escassas obras de cerca de 50 mil euros que o Executivo lá fez, mas que precisa, de facto, de uma alteração estrutural. Depois, o Executivo tem também projetada a requalificação da Praça do Município, aumentar o espaço de estar e lazer através da demolição de edificações a adquirir. Ele, Senhor Presidente, estava a pensar, no fundo da Praça há lá duas edificações que estão para ser alienadas, há lá um barracão, inclusivé, com um telhado já metido dentro. Há outro, ao lado, em ruínas. Proximamente, podem estar à venda outras edificações ali no fundo da Praça do Município. Requalificação desta Praça do Município, que também tem em vista depois a aquisição futura, que está projetada e falada com a CVR Dão deste edifício da Federação dos Vitivinicultores e dos balões, que está concedida, em comodato, ao Município. Portanto, a ideia que ele, Senhor Presidente, tem e acha que a Câmara deve ter, é tem esta oportunidade histórica de adquirir este meio hectare, que também já foi da Câmara. Em 1939 foi a Câmara que cedeu este terreno para a Federação dos Vitivinicultores e, portanto, era aumentar a Praça do Município, requalificá-la. Eventualmente, fazer um estudo porque isto não tem que estar concretamente identificado, mas, na Praça do Município, uma das coisas que é muito apoiada é aumento da área de bem-



Reunião de 23/06/2016

estar, aumento da área pedonal. Portanto, sem prejuízo, na Praça do Município, do estacionamento, porque também é essencial, uma vez que vai mudar para aqui a Loja do Cidadão e o Executivo quer revitalizar a Rua Gago Coutinho e sem prejuízo do aumento da capacidade de estacionamento, é aumentar a área de bem-estar e de presença humana na Praça e ela está demasiado ocupada por carros em toda a sua envolvente. Para fazer uma ligação entre um café, ou um banco e o centro da Praça, tem sempre que se passar pela estrada, pelo meio dos carros. Portanto, também há essa possibilidade, pensava pelo Executivo, de pôr apenas um sentido de trânsito, fazer um estudo no sentido de ver se a Praça do Município permite apenas um sentido de trânsito, uma via de comunicação, para libertar a Praça, particularmente a zona junto à Caixa de Crédito Agrícola, aos bancos, aos cafés, à ligação à Loja do Cidadão, ao Tribunal, de facto fazer a Praça do Município com trânsito a circular apenas por um dos sítios, sem prejudicar, naturalmente, a acessibilidade aos Serviços e, portanto, os carros, também sabemos que são extremamente importantes e o estacionamento é extremamente importante. O Executivo tem também pensadas ações, que depois serão desenvolvidas em estudos específicos de reconversão do espaço do Mercado Municipal e que poderá passar pela demolição de parte do edifício. O que ele, Senhor Presidente, está a dizer são tudo estudos que depois virão necessariamente a reunião de Câmara. Portanto, são projetos que serão desenvolvidos e que, necessariamente, são estruturantes para o nosso presente e para o nosso futuro e ele, Senhor Presidente, acha que tem que ser assim, não sabe se tem que ser assim legalmente, mas acha que tem que ser assim. Mesmo que não seja têm o seu compromisso de que nada será feito em termos de ações concretas de reabilitação urbana sem virem ali à Câmara para eles poderem discutir estas questões. Mas quer ligar o Mercado Municipal, dar-lhe alguma utilidade e por isso passa por ligar a Praça do Município, Loja do Cidadão e Mercado Municipal. E ele tem que levar uma grande volta para poder ter a utilização que a sua história merece. O Executivo quer ligar também, requalificar, pensar fazer um projeto que ligue o Largo General Tavares, a Praça do Escansão ao Largo do Bairro da Igreja, de Santo António. Portanto, se virmos bem, há uma continuidade geográfica territorial entre a Praça de Santo António e a Praça do Escansão. E também há demasiada necessidade de passar pelo trânsito, pelos carros e, portanto, também há possibilidade, no âmbito da reabilitação urbana, criar, requalificar este eixo da Rua Luís de Camões e Rua Sacadura Cabral e ligar, de facto, a Praça de Santo António à Praça, ou Largo do Arvoredado ao Largo General Tavares. E quiçá, no futuro, há edifícios à venda, há ali uma zona das 4 esquinas, que era o centro, que era uma coisa equivalente a Canas de Senhorim, Nelas e Canas de Senhorim, nesse aspeto, são muito semelhantes, que é a questão das 4 esquinas e que nós temos ali a Caixa Geral de Depósitos e o Café Primavera a ancorar, porque tudo o resto está com dificuldades em termos de, e outros pequenos comércio que não são aquilo que já foram. Portanto, mesmo a ligação da Praça das 4 esquinas ao Largo General Tavares é uma questão que pode equacionar-se no futuro e felizmente estão alguns empresários privados a requalificar alguns edifícios. Um outro eixo é a requalificação do Largo da Estação, da Avenida António Joaquim Henriques e do Largo dos Bombeiros Voluntários. No Largo dos Bombeiros, ele, Senhor Presidente, não sabe se aquilo se chama Largo dos Bombeiros, mas onde está o Monumento aos Bombeiros, todo aquele largo ali, a requalificação do Largo da Estação da Avenida dos Mathias e cá em cima. Portanto, o Executivo já assumiu alguma requalificação urbana relativamente àquele buraco que está a poente – sul da Avenida



Reunião de 23/06/2016

Joaquim Henriques. As obras estão a andar bem agora. Estiveram um bocadinho paradas por causa da questão da chuva, portanto, vai ser requalificado ali. Portanto, a requalificação também das 4 esquinas, que já falou aos Senhores Vereadores. Olhar outra vez e isto depois são os estudos que serão desenvolvidos para criar uma Praça da Igreja Matriz. Aquilo que foi o Terreiro da Feira antigamente hoje está demasiado ocupado por áreas de jardim e de relva a que ninguém tem acesso. Portanto, estão só para Inglês ver, que é para as pessoas que passam para olharem para ela. Portanto, está projetado também uma requalificação daquela Praça entre o Turismo, a Igreja Matriz, o Largo da Nossa Senhora da Conceição e ele, Senhor Presidente, está já em contacto com a Caixa Geral de Depósitos para ver a questão do preço e das condições do Colégio Grão Vasco. De facto, está ali uma ferida numa entrada e num sítio fundamental de Nelas e a que todos estamos ligados, portanto, àquela Escola. Ele, Senhor Presidente, vai ver qual é o preço que a Caixa Geral de Depósitos quer por aquele espaço. Sabia que estava num processo de insolvência de uma sociedade e ele, Senhor Presidente, não exclui a possibilidade de, se aquilo estiver num preço que a Câmara possa suportar, de propor à Câmara a aquisição daquele edifício para requalificação, seja para um Centro Interpretativo de Nelas, seja para a Universidade Sénior, seja para outra estrutura. Praça dos Combatentes, portanto, a criação de uma Praça em frente à Biblioteca Municipal, portanto, também já falou ali nisso. Já está um concurso a andar relativamente ao Monumento aos Combatentes. Esta reabilitação urbana, em Nelas, permite também a reabilitação dos Paços do Concelho na vertente das fachadas e da cobertura, portanto, edifícios históricos, fachadas e cobertura é possível serem apoiados. E o Executivo aproveitou para pôr todas as caixilharias da Câmara Municipal, que são dos anos setenta e tal e, portanto, em vidro simples e metade do calor sai e a maior parte do calor, no verão, entra. Portanto, as caixilharias todas e a cobertura da Câmara Municipal, que rondará um valor próximo dos 200.000,00 euros, entrará também como ação a financiar na reabilitação urbana. É o que o Executivo tem pensado. E depois tem também pensado que também entra um programa de dinamização do comércio tradicional, portanto, com animação, mas uma coisa estruturada, calendarizada, com ações concretas, semanais, ou ao fim-de-semana, em dia certos, em que já se sabe que no centro histórico vai acontecer sempre, quer chova, quer neve, quer faça sol, vai acontecer sempre uma iniciativa e o Executivo tem ali alocado, pensa alocar para o Programa de Dinamização do Comércio Tradicional 100.000,00 euros e destinar para o IFRU, que é um instrumento financeiro que é tripartido entre Câmara Municipal, instituições bancárias e Instituto da Habitação, o Executivo vai alocar das verbas que couberem ao Município de Nelas para reabilitação urbana, pelo menos 25.000,00 euros, para começar a dotar o Fundo de Apoio a iniciativas empresariais privadas que queiram requalificar espaços nas zonas urbanas. Para Canas de Senhorim, o Executivo tem ali planeado um conjunto de ações. Não são ações concretas de vai-se alargar este passeio, vai-se mudar o mobiliário urbano, não, é traço grosso, onde é que o Executivo quer intervir, depois, vai, na malha fina, contratar projetistas, ou fazer projetos ali internamente que digam que ações concretas, onde é que vai gastar os meios financeiros que vão colocar à disposição do Executivo, sendo certo que isto vai depois estar sujeito a uma negociação no âmbito da CCDR. Portanto, para Canas de Senhorim o Executivo tem programado também todo o centro histórico. A área de reabilitação urbana de Canas de Senhorim vai desde a Urgeiriça, daquilo que está fora do que é propriedade da EDM, portanto, o Bairro Mineiro, desde a Igreja da Urgeiriça, todo o Bairro Mineiro, a zona



Reunião de 23/06/2016

desportiva de Canas de Senhorim, o Paço, o Rossio, a zona do Rossio, a Raposeira, até ao Largo da Feira. É um Programa também de valorização das 4 esquinas, a requalificação do eixo. Isto depois também passa e entrecruza-se com a questão da mobilidade urbana, requalificação do eixo Rua Keil do Amaral, Rua do Paço. A requalificação da Rua do Rossio. A requalificação da Rua do Comércio. Portanto, em Canas de Senhorim, o centro histórico todo não tem passeios. Aquilo precisa de levar uma volta em termos de mobilidade, particularmente e, portanto, isso implica uma reorientação do trânsito e havendo lá em baixo a rotunda do final da Avenida dos Bombeiros, os carros podem, perfeitamente, fazer aquela circular libertando a Rua do Comércio para apenas um sentido, por exemplo, é uma hipótese. E aumentar os passeios para as pessoas que frequentam ali o Mercado, que frequentam o Restaurante Zé Pataco, que frequentam todo aquele comércio que está ali associado. Em Canas de Senhorim tem que aumentar as zonas, requalificar isso. Requalificação da Rua do Comércio. Requalificação do espaço público do Bairro do Rossio de Baixo, toda a zona do Rossio de Baixo, que vai ali da zona do Mini Preço, aquela rua que vai da zona do Mini Preço até ao Restaurante Zé Pataco, até à Rua do Comércio, requalificar ali aquilo também. A questão da criação da Casa da Cultura de Canas de Senhorim. Existe já um edifício adquirido, que é a Casa do Frazão, para Multiusos, Casa da Cultura em Canas de Senhorim. Para fazer uma coisa em condições em Canas de Senhorim a SPI estimou-nos aqui um investimento próximo de 1,5 milhões de euros. O Executivo vai também discutir com a CCDR a potenciação da Casa da Cultura em Canas de Senhorim, seja na recuperação da Casa do Frazão, seja na criação da oportunidade de recuperarmos o espaço da CUF Quimigal, que é uma área industrial degradada. Portanto, o Executivo vai também incluir isso no PARU como ação concreta e se eles disserem, é pá, temos aqui uma janela de oportunidade relativamente à área industrial degradada, que é requalificar toda a zona da Quimigal para Casa da Cultura, ou para Multiusos, portanto, depois também em conjunto com as populações e com a Junta de Freguesia discutirão essa questão. Outra questão que está ali e que é importante e que se cruza também com a questão do projeto que está pensado, em termos da EDM, para o Complexo Mineiro, que é a Rede Rádio Natura que está prevista e que a EDM tem intenção de dinamizar. A EDM, entretanto, teve eleições para o Conselho de Administração ontem, ou teria tido ontem, não tem indicação, e o Eng.º Caxaria deixou de ser o Presidente do Conselho de Administração da EDM, pelo menos mandou-lhe uma carta a despedir-se. Ele, Senhor Presidente, já o contactou e vai almoçar para a semana, ou daqui a 15 dias com ele porque ele tem um projeto muito interessante para o Projeto de Canas de Senhorim e ele, Senhor Presidente, gostava que o Senhor Eng.º Caxaria continuasse ligado ao Município de Nelas no sentido de continuar esse projeto e até ajudar o Executivo a concretizá-lo. O Senhor Presidente da Câmara de Gouveia já lhe ligou a ele, Senhor Presidente, no sentido de associarmos Gouveia, que também tem área mineira, a um projeto para incluirmos a Urgeiriça e Gouveia na Rota das Minas. Pode-se também ligar Mangualde, que tem a Cunha Baixa. Mas isso já foi discutido também no âmbito da Rede dos Municípios do Alto Mondego, que foi criado com Gouveia, Mangualde e Fornos de Algodres, já falaram nisso e também é uma excelente iniciativa para projetos comuns a que todos estão ligados, pelo menos os três Municípios, Nelas, Mangualde e Gouveia, que podiam também potenciar em termos de acesso a fundos comunitários e investimentos públicos. Prevê-se também aqui já a requalificação geral do espaço público do Bairro Mineiro, de todo o espaço público do Bairro



Reunião de 23/06/2016

Mineiro em complemento a essa questão da Rádio Natura. Também em termos de espaço de bem-estar um jardim público equipado no Largo Mineiro na Urgeiriça. Ordenamento e requalificação do espaço público na Avenida da Estação, que também passa por aquilo que já está no projeto de requalificação da Raposeira, o antigo campo da Raposeira que também tem que ser requalificado. Está previsto isso e o Executivo vai meter isso como ação concreta de reabilitação urbana. E o ordenamento e integração do Largo da Estação em Canas de Senhorim porque a Câmara agora é proprietária de todo aquele espaço entre a Linha do Caminho-de-Ferro e a estrada circular da ETAR e dos 4 hectares junto à ETAR, portanto, a Câmara é proprietária de 7 hectares e toda aquela área que vai da Rotunda do Bombeiro, futura Rotunda do Bombeiro, até à zona da ETAR, já houve investimentos avultados ali, quer com a ETAR, quer com a Avenida da Estação. O Executivo tem identificado este conjunto de ações, não ainda com a malha fina de ações concretas a desenvolver, que depois serão pedidas a projetistas, mas também com esta malha larga que ele, Senhor Presidente, referenciou aos Senhores Vereadores. Relativamente às Caldas da Felgueira é a requalificação de todo o espaço público e aproveitando a oportunidade de ser um sítio que tem área ribeirinha, que é a Ribeira da Pantanha, não tanto o Rio Mondego, porque o acesso da Câmara ao Rio Mondego é escasso. A zona mais bonita das Caldas da Felgueira, para ele, Senhor Presidente, são aqueles socalcos do Hotel das Caldas da Felgueira até á foz da Pantanha, mas que é do Hotel das Caldas da Felgueira. São os socalcos que vão até á foz da Pantanha, portanto, zona ribeirinha por acaso temos ali toda a Ribeira da Pantanha desde a ponte cá em cima até à zona do balneário, até à zona do hotel e aproveitar o facto de isso ser zona ribeirinha para o Executivo também poder projetar a requalificação de todos o espaço público e está previsto ali o que nos é sugerido pela empresa, que é requalificar 30% de todo o espaço público que está ali delimitado, dos parques, do jardim infantil, das áreas pedonais, etc., e criar ali a requalificação de um corredor verde na Ribeira da Pantanha, que isso vai ser possível e vai ser a médio prazo porque com a construção da ETAR de Nelas III a Ribeira da Pantanha deixa de ter qualquer afluente das zonas industriais, incluindo da Zona Industrial do Chão do Pisco. Depois tem da Ribeirinha mas está projetado também e está certo de ter condições para ter todas as águas em condições de valores limites de emissão aceitáveis. Continuará a ter, naturalmente, as águas neutralizadas do Complexo Mineiro da Urgeiriça. O que o Executivo propõe ali é a requalificação de 30% do espaço público das Caldas da Felgueira e a requalificação de um corredor verde junto à Ribeira da Pantanha, aproveitando a Ribeira da Pantanha despoluída. Para Santar o que o Executivo vai candidatar em termos de ações, a traço grosso, é também a requalificação do espaço público, requalificação de 20% do espaço público, num total de 74.000 m². Também aumento de zonas pedonais, sinalização turística. Isso vai passar por uma das obras que são estruturais, que é a conclusão da Rua da Soma e que vai acontecer no próximo ano, portanto, a Rua da Soma vai ser concluída, vai ser pavimentada, vai ser circulável e o trânsito mais pesado vai ser desviado do centro de Santar porque vai ter uma alternativa viária de Carvalho Redondo, Rua da Soma, estrada Moreira – Santar, ir ali pelo Largo da Feira até à Avenida 25 de abril e, portanto, tirar o trânsito mais pesado do centro de Santar, o que permite depois requalificar toda aquela zona envolvente à Casa de Santar, à Casa das Fidalgas, à Misericórdia, requalificar 20% do espaço público. Além disso também está previsto acelerar no Plano de Investimentos que constam da Revisão do Plano de Ajustamento que foi aprovada na reunião anterior que é, de facto, dar um



Reunião de 23/06/2016

incremento, ao projeto do Centro de Artes do Vinho e do Espaço de Santar, seja com a aquisição, que já começou, de mais espaço junto à Casa da Bogaria. Já se compraram mais 3.000 m², seja na perspectiva de comprar mesmo e existe esta possibilidade de comprar as adegas, a garagem e os anexos da Casa das Fidalgas para fazer um investimento para edifício das associações e para um Welcome Center para Santar e está a negociar isso já com o Senhor Dom Miguel e concentrar toda a área associativa, toda a área do Welcome Center e do Centro de Artes do Vinho e do Espaço de Santar naquela Praça, que ele, Senhor Presidente, tem designado de Praça Dom Miguel de Bragança. Acha um nome bonito. É um nome, meramente, para facilidade de identificação, mas é Dom Miguel porque ele é que lá está. Está ali uma perspectiva de investimento e execução. Portanto, é isto que ele, Senhor Presidente, tem projetado. Queria dar outra informação aos Senhores Vereadores porque é uma oportunidade, além da questão das ARU,s e depois gostava de ouvir os Senhores Vereadores e os vossos contributos, sugestões, propostas de alteração, sendo certo que hoje o que está em causa é a delimitação territorial das ARU,s e é também um conjunto de ações concretas que podem dizer e podem acrescentá-las, que o Executivo, naturalmente, se forem enquadráveis em zonas ribeirinhas, em zonas históricas e em áreas industriais degradadas, fará incluir no Plano de Ação de Reabilitação Urbana. Estão à venda as instalações pela massa insolvente da Nelcivil e vão à praça no próximo dia 29, por 700.000.00 euros, à volta disso, e ele, Senhor Presidente, já andou a ver as instalações com a empresa imobiliária. Tem um espaço construído com meia-dúzia de anos excelente que poderia muito bem corresponder àquilo que o Executivo tem projetado em termos de upgrade das nossas áreas de acolhimento empresarial, que era um Centro de Formação. Tem, aliás, já quatro turmas de formação que vão arrancar, duas já em julho e duas em setembro, na área da carpintaria, costura, logística e competências linguísticas. Falou com o Senhor Padre Delfim para ceder lá acima a Escola Primária no sentido das turmas funcionarem lá. Está a falar de um universo de mais de 60 alunos, 80 alunos. Ele, Senhor Presidente, sem compromisso e sem prejuízo e queria comunicar isso aos Senhores Vereadores e também, evidentemente, sem prejuízo de depois trazer esse assunto à Câmara porque ele nem sequer pode comprar imóveis sem isto vir à Câmara, mas tratando-se de uma oportunidade que poderá ser discutida em Câmara, ele, Senhor Presidente, vai fazer ainda durante o dia de hoje, porque aquilo vai à praça por 700.000,00 euros, vai fazer uma proposta abaixo do valor de venda para condicionar a venda porque até determinado valor, ele, Senhor Presidente, acha que a Câmara poderia muito bem estar interessada em fazer ali um Centro de Formação e um Centro Tecnológico que o Executivo tinha projetado para a Zona Industrial 1. Ainda está com os Serviços a ver qual é o valor, mas será um valor que o Executivo irá propor entre os 250.000,00 euros e os 300.000,00 euros, para ser a Câmara depois em termos de negociação com a empresa, que é uma imobiliária que está a comercializar aquilo, está a venda anunciada para o dia 29 de junho, por valores desta ordem de grandeza, a Câmara ser uma entidade interessada em ficar com aquelas instalações para Centro de Formação e Centro Tecnológico nos termos que depois a própria Câmara vier depois a discutir. Dar também a indicação aos Senhores Vereadores que este reunido anteontem de manhã com todos os Diretores do imobiliário comercial da Caixa Geral de Depósitos, que é acionista da Caixa Leasing e Factoring, relativamente à questão da venda do espaço dos Fornos Elétricos. São 13 hectares e a proposta que eles fizeram à Câmara, que seria uma proposta para aquisição por parte da



Reunião de 23/06/2016

Câmara. É um valor de 900.000,00 euros, com limpeza do passivo ambiental que lá está dentro a cargo e que pode rondar um valor entre os 100.000,00 euros e os 280.000,00 euros. Portanto, limitou-se a ouvir a proposta. Parece-lhe, sem ter um fim específico a que se destine um investimento demasiado volumoso nesta altura, se nós estivéssemos um projeto de investimento para lá, alguém que ocupasse um, ou dois hectares, que criassem 100, ou 200 postos de trabalho, merecia até discussão da discussão por esse valor, ou por outro valor. Novecentos mil euros a venda com limpeza a cargo que pode ser entre os 100.000,00 euros e os 280.000,00 euros, mais de 1 milhão de euros. A empresa diz que não consegue contabilizar o que é que há lá para limpar porque há montes de vidro, toneladas de vidro, e é entre os 100.000,00 euros e os 280.000,00 euros. O que significa que a Câmara estaria a assumir uma responsabilidade imediatamente de 1.200.000,00 euros, mais ou menos. Portanto, sem ter um investimento concreto para aplicar lá e já viu nestes 3 anos os Fornos Elétricos virem de uma proposta de 3,5 milhões de euros, que foi a primeira de que a Caixa Leasing e Factoring falou, para 1,5 milhões de euros e agora para 900.000,00 euros. Portanto, ele, Senhor Presidente, tem a expectativa de que aquilo ainda há-de vir para 300.000,00 euros, ou 400.000,00 euros, sendo certo que da parte dele, Senhor Presidente, também admitiu trazer a reunião de Câmara uma proposta de compra daquele espaço por 200.000,00 euros, que é 130.000 m² multiplicado por 1,5 euros o m², que é o preço médio de compra do terreno que a Câmara tem feito. Admitiu que por 200.000,00 euros a Câmara, em condições de facilidades de pagamento, poderia perfeitamente em 1, 2, ou 3 anos, adquirir aquele espaço para requalificação de área industrial degradada para nova área industrial. Mas isso vai-se integrar também nas áreas de acolhimento empresarial e nos meios financeiros que por esse aviso a Câmara de Nelas pode vir também a ter disponível para recuperação dessa área industrial degradada. Comunicava aos Senhores Vereadores que, sem prejuízo depois da discussão que vai haver ali em reunião de Câmara relativamente a isso, ele, Senhor Presidente, vai fazer uma proposta abaixo do valor do preço de venda, que a Câmara poderá estar interessada, condicionado a discussão e deliberação em reunião de Câmara, da compra das instalações da antiga Nelcivil para Centro de Formação, num valor entre os 250.000,00 euros e os 300.000,00 euros, que acha que era um valor fantástico se viesse a ser adquirido por esse preço. Pediu desculpa pela exposição longa sempre que faz, mas não consegue fazer as coisas de outra maneira, ser mais sintético, mas em benefício da discussão, do esclarecimento, pediu desculpa por esta exposição tão longa. E abria espaço para os Senhores Vereadores, relativamente aquilo que está em causa nesta reunião, que é a delimitação territorial das ARU,s, que terá que ser aprovada em Câmara para o Executivo poder candidatar-se e também os Senhores Vereadores dar as suas sugestões relativamente a ações concretas de reabilitação urbana para o PARU que o Executivo vai incluir na candidatura que a Câmara de Nelas vai fazer nas condições que ele, Senhor Presidente, enunciou no princípio. Perguntou aos Senhores Vereadores quem se queria inscrever. -----

---- O Senhor Vereador Dr. Manuel da Conceição Marques agradeceu ao Senhor Presidente por lhe ter dado o uso da palavra. Afirmou que tinha uma pergunta para já e depois fará as demais no decurso da reunião. Hoje, o Senhor Presidente trouxe-lhes ali para aprovar e pediu ao Senhor Presidente que o corrigisse se não era isso o que ele percebeu, que era a delimitação territorial das ARU.s. Depois diz o Senhor Presidente que os privados podem recorrer aos benefícios, à beneficiação dos imóveis e aos benefícios fiscais da reabilitação



Reunião de 23/06/2016

urbana. Leu aquela página com alguma atenção. Na página 4, na estrutura do relatório diz-nos ali quais são as delimitações das ARU,s. Perguntou se Senhorim, Vilar Seco, Moreira, aquelas que não constam ali, podem também os privados beneficiar e recorrer à beneficiação de imóveis e aos benefícios fiscais, não estando ali delimitados. Era a pergunta que queria fazer ao Senhor Presidente. -----

---- O Senhor Vereador Artur Jorge dos Santos Ferreira agradeceu ao Senhor Presidente por lhe ter dado o uso da palavra. Cumprimentou todos os presentes. Afirmou que tinha duas perguntas e um esclarecimento se fosse possível. O Senhor Presidente falou que a SPI, pelo menos, ele, Vereador Artur Ferreira, entendeu assim, que neste caso dos PARU,s, que seriam só aplicáveis às sedes dos Concelhos. A ser assim, a pergunta que fazia era, se bem que ele entende, até porque já foi feito ali noutras ocasiões, ficam com um leque mais abrangente sobre estas 4 ARU,s, mas porque é que foi feito o estudo para as 4 ARU,s? E se o valor que estavam ali a falar, em termos das 4 ARU,s, que se vai fazer a candidatura, qual é que é? Era só isso para já. Deixava só uma sugestão. O Senhor Presidente falou ali na requalificação dos Paços do Município, porque não fazer um estacionamento subterrâneo, feito não pela Câmara, mas por entidade privada que depois explorasse esse estacionamento. E qual era o valor das 4 ARU,s que estão a ser candidatas. -----

---- O Senhor Vereador Dr. Alexandre João Simões Borges agradeceu ao Senhor Presidente por lhe ter dado o uso da palavra. Cumprimentou todos os presentes. Afirmou que tinha algumas sugestões. Primeiro, queria felicitar o Senhor Presidente por esta iniciativa. Acha que, independentemente, da intervenção pública que possa ser, ou não feita em Nelas, ou noutros sítios, acha que é benéfico para todas estas localidades que possam beneficiar destes benefícios para que, de alguma forma, possa haver algum incentivo a quem está pensar fazer reabilitação, ou que esteja na dúvida possam decidir e com isso preservar o edificado existente, que nalguns casos está, efetivamente, degradado e a necessitar de intervenção e cabendo essa intervenção prioritariamente, ou exclusivamente, aos privados, se poder haver alguns benefícios, parece-lhe que será sempre benéfico e o Concelho ganhará com isso e, portanto, é com agrado que vê estas 4 áreas e que, eventualmente, no futuro, da experiência que esta iniciativa possa trazer, possa convencer a alargá-la a outras Freguesias, concretamente, à Aguieira e a Senhorim, onde também há uns núcleos consolidados a precisar desta intervenção. Também queria dizer que esta questão das ARU,s, ela foi publicada, salvo o erro, em 2009 e, portanto, ao fim de 7 anos, é com agrado que vê esta iniciativa ali em vias de ser aprovada e pelos pressupostos que referiu antes. Depois tinha ali algumas sugestões. Que, relativamente à votação, ele sugeria ao Senhor Presidente que os Membros da Câmara pudessem votar, separadamente, cada uma das delimitações das áreas porque poderá, eventualmente, haver ali algumas incompatibilidades relativamente à votação. Ele, pessoalmente, pensando bem, tem património na área de reabilitação, embora o seu património não esteja a precisar de ser reabilitado, mas tem familiares que o têm e acha que seria benéfico se isso pudesse ser feito. Acha que não haverá nenhum constrangimento nesse sentido, ele, Vereador Dr. Alexandre Borges, pelo menos, sentir-se-ia mais confortável a votar umas e não votar outras. Depois, também sugeria que a Câmara pudesse, de alguma forma, fazer chegar à Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional, concretamente à Senhora Presidente, uma moção, não sabia como é que lhe havia de chamar, de lamento, pela interpretação que eles fazem relativamente à elegibilidade das áreas para candidatura a



Reunião de 23/06/2016

intervenção do espaço público. Ele percebe que os fundos são limitados, são 70 milhões de euros neste caso, mas acha que enferma essa opinião de um erro de análise, na sua modesta opinião, porque, grosso modo, não são as sedes dos Concelhos que precisam de reabilitação urbana, ou pelo menos poderão precisar, mas serão sempre menos precisos, pelo menos daquilo que lhe parece, do que outras áreas existentes nos Municípios. Ele, efetivamente, quer no aviso, quer no até no regulamento específico do PO SEUR, não vê nada que lhe diga que tem que ser na sede. Diz que há centros urbanos complementares e que são aqueles Concelhos. Acha que isso resulta de uma interpretação que havia da Direção Geral do Território que, entretanto, acha que foi deixada cair e que a Senhora Presidente da CCDR mantém por uma questão prática. Calcula que para ela seja mais fácil dizer que são estes e ponto final. Agora, acha que isso também limita muito as opções políticas que são legítimas de cada um dos Concelhos e portanto não está a dizer que a Câmara deva tomar outro tipo de decisão, ele, Vereador Dr. Alexandre Borges, pessoalmente, teria outras opções, mas, isso, a maioria ganharia. Mas, acha que estar á cabeça a dizer e apresenta-se a CCDR a dizer isso, acha que a Câmara deveria manifestar, pelo menos, a sua discordância com essa abordagem na disponibilização dos fundos. Acha que poderiam votar ali uma espécie de moção onde fariam chegar, se calhar, à CCDR e a mais alguém, esta opinião. Deixava este repto ao Senhor Presidente porque acha que não faz sentido nenhum, se calhar, até noutros sítios mais do que em Nelas, nós termos investimento na sede do Concelho e não podermos ter, por opção, em Canas de Senhorim, ou nas Caldas da Felgueira. Portanto, se nós tivéssemos direito cada um, na sua opinião, 1,3 milhões de euros, mais, portanto, 85%, se nós pudéssemos decidir fazer 300.000,00 euros em Canas de Senhorim, 300.000,00 euros, ou 400.000,00 euros em Nelas, ou 100.000,00 euros, e de outro ponto de vista, acha que essa legitimidade, nos está a ser cerceada de forma injustificada. Não pode ser só a Senhora Presidente a dizer porque é isso que ela acha. Teria que justificar porquê. Ele, Vereador Dr. Alexandre Borges, acha que os Membros da Câmara têm argumentos mais que suficientes, pelo menos, para lhe dizer porque é que ela não tem razão. Era só isso. -----

---- O Senhor Vereador Adelino José Borges Amaral agradeceu ao Senhor Presidente por lhe ter dado o uso da palavra. Cumprimentou todos os presentes. Afirmou que achava que a votação das ARU,s devia ser feita em separado até porque, se calhar, vão cair ali num lugar comum, que é tentar também dar a opinião dos Senhores Membros da Câmara, contributos em relação à delimitação destas áreas em cada uma delas. De qualquer maneira, a sua posição é, obviamente, favorável a esta proposta numa dupla perspetiva de que o que for investimento público poderá ser feito com comparticipações e com ajudas de fundos comunitários, ou nacionais, e o que for investimento privado, portanto, beneficiará de alguns incentivos para que possa ser concretizado. Obviamente, esses incentivos acabam por ser uma pequena reserva em relação a esta proposta porque esses benefícios terão como contrapartida o prejuízo das finanças municipais porque traduzem-se em reduções na cobrança de IMI, de IMT e, indiretamente, depois nos outros impostos. Portanto, na sua ótica, é uma pequena reserva que também deveria ser objeto de avaliação, principalmente, numa altura em que discutem a fixação de taxas para os próximos anos, portanto, faria sentido e parece-lhe que o impacto será significativo, faria sentido também fazer uma avaliação de qual é que é o impacto sobre os impostos municipais. Depois, uma outra reserva que, no fundo, não é uma reserva, é uma discordância em relação ao modelo e tem a ver um pouco com o que disse o



Reunião de 23/06/2016

Senhor Vereador Dr. Manuel Marques. Quem vem de uma Freguesia humilde, quem vem de uma Freguesia pobre em termos arquitetónicos, quem vem de uma Freguesia dispersa e muito abandonada, onde o património construído está muito degradado e quem se habituou a ver como bons os negócios de aquisição de imóveis para integração na via pública, parece que é a única que ainda é a única intervenção que os dinheiros públicos fazem nas aldeias é comprar casas para as demolir e para alargar ruas, ou fazer largos. Na sua ótica, a intervenção sobre o património construído e acreditem que já viu demolir casas muito bonitas, que têm traças em termos de arquitetura, traças típicas, beirãs e que é uma pena, de facto, não serem preservadas, portanto, a única intervenção que têm havido em muitas aldeias é a compra de casas para demolir e para alargar ruas, o que muito manifestamente lhe parece redutor. Já o disse muitas vezes e repetia, tinha uma visão do desenvolvimento do Concelho, também do ponto de vista urbanístico e paisagístico e de construção, tem uma visão do Concelho integradora e de desenvolvimento equilibrado. Não lhe parece bem que a Freguesia de Senhorim, por ser talvez a que tenha património mais humilde em termos estéticos, mas muito rico em termos de tradição e de traça típica daquilo que é a construção nas zonas rurais. Mas também em Vilar Seco e Aguieira, por exemplo, que têm construções riquíssimas e de valor também elevado, enfim, parece-lhe que pela dimensão residual do que fica de fora, se calhar, justificava-se que fosse tudo integrado. Digamos que ficam de fora as Freguesias mais pequenas, mesmo até a Lapa do Lobo, embora a Lapa do Lobo, neste momento tem intervenções de outro tipo, mas todo o Concelho, basicamente, tem características e tem riqueza em termos patrimoniais que justificava a sua integração num único projeto, até porque o Concelho é relativamente pequeno e seria esse o seu apelo que ele, Vereador Adelino Amaral, sugeria para uma intervenção deste tipo. Obviamente que, se calhar, não seria possível em termos de candidaturas, mas parece-lhe que é uma injustiça se nós formos dar benefícios para quem fizer numa reconstrução, parece-lhe injusto que haja benefícios para um particular que queira fazer uma intervenção em Santar, ou em Casal Sancho, ou na Felgueira, ou em Canas de Senhorim, ou em Nelas, e que obtenha com isso alguns benefícios e por exemplo, em Senhorim, ou na Aguieira, ou em Vilar Seco, ou noutro sítio qualquer que não está incluído, não tenha esses benefícios. Isso, parece-lhe um fator de injustiça que a Câmara deverá ponderar, obviamente, não pondo em causa a qualidade e a intenção desta proposta que ele vai, obviamente, votar favoravelmente. -----

---- O Senhor Vereador Artur Jorge dos Santos Ferreira agradeceu ao Senhor Presidente por lhe ter dado o uso da palavra. Afirmou que só dizer que nesta situação da reabilitação urbana não necessita de ter estas áreas conforme estão ali. Entende que estas áreas são para aplicação para a Câmara trabalhar nestas áreas. Tudo o que seja fora disso, o Código do Estatuto dos Benefícios Fiscais prevê isso, tem é que haver uma delimitação por parte da Câmara e pelo IRHU o que é uma área de reabilitação urbana que pode ser a nível do Concelho total. Foi aquilo que ele, no outro dia, disse, isto é uma ARU, é para a Câmara, e se as pessoas tiverem lá podem beneficiar logo disso à partida, mas pode haver uma área de reabilitação urbana a nível do Concelho, estipulada pela Câmara, pela Assembleia Municipal e pelo IRHU, em que diga qual é a área de reabilitação urbana no Concelho, que pode ser específica, ou pode o Concelho todo e aí as pessoas podem beneficiar das mesmas condições como beneficiam ali. -

---- O Senhor Presidente perguntou se mais algum dos Senhores Vereadores tinha mais alguma questão que ele possa ajudar a esclarecer. Ele, Senhor Presidente, afirmou que havia



Reunião de 23/06/2016

ali várias questões que ele gostava de ajudar a esclarecer. Qual foi a opção da criação das áreas de reabilitação urbana com esta velocidade, sendo certo que, como o Senhor Vereador Dr. Alexandre Borges disse e bem, isto já está previsto em legislação desde 2009 e podiam ter constituído, aliás, há dezenas delas constituídas pelo país, áreas de reabilitação urbana, de facto, para alavancarem a recuperação do património do ponto de vista com incentivos a privados e qual foi a mobilização nesta altura que foi feita? Foi porque o Executivo soube, teve indicação de que investimento público para reabilitação urbana teria que ter dependentes os apoios que estavam dependentes da existência de áreas de reabilitação urbana devidamente delimitadas. O que foi sempre referenciado ao Executivo nesta lógica que ele, Senhor Presidente, disse no princípio da exposição que fez, era que ia haver incentivos fiscais para zonas históricas no sentido de aumentar a melhoria, a qualidade urbana existente e, portanto, sempre foram identificadas áreas, essencialmente, como é o caso deste aviso, onde está apenas investimento projetado para sedes de Município, portanto, para aglomerados populacionais que estão a perder, nos centros históricos, comércio, atratividade de pessoas e, portanto, sempre foi apresentado ao Executivo esta questão das ARU,s como sendo prioritário apresentar projetos e áreas de reabilitação urbana que pudessem candidatar-se a fundos comunitários, como se veio a confirmar, em áreas populacionais de relevância e aliás, tem acontecido isso nos PEDU,s, o essencial do investimento público de Seia, de Gouveia, de Mangualde, de Tondela, é na cidade de Tondela, é na cidade de Mangualde, é na cidade de Seia, é na cidade de Gouveia. É assim que está construído o quadro comunitário, em termos de apoios, para aumentar, criar uma rede de cidades de média dimensão e também centros urbanos complementares de dimensão de qualidade, que permitam depois ir radiar para as áreas rurais e para as aldeias também um centro de qualidade. Evidentemente, que ele, Senhor Presidente, concordava com todos, que mesmo que não seja por via, que é questionável, é uma opção questionável, mas foi o acordo de parceria que foi negociado entre o Governo anterior e a União Europeia, em que estão estes critérios, absolutamente, claros e definidos e os avisos têm saído nesse sentido, portanto, o Executivo tem de potenciar ao máximo, sem prejuízo de estar com os Senhores Vereadores e de comungar com os Senhores Vereadores todas as preocupações que foram manifestadas, é de sermos práticos e pragmáticos no sentido de recorrer a fundos que estão ao dispor do Concelho de Nelas e, portanto, ainda que seja assim, e que se já toda a razão, não deixar de, se houver 1.300.000,00 euros para Nelas, para a sede do Concelho, estar dotado de todos os instrumentos para poder concorrer a eles. Isto não prejudica e também dava já um esclarecimento ao Senhor Vereador Adelino Amaral, nos documentos que foram enviados está dito, está a resposta às questões que o Senhor Vereador Adelino Amaral colocou, está lá escrito nos documentos. Portanto, diz ali que a aprovação dos benefícios fiscais está dependente de deliberação fundamentada da Assembleia Municipal, que inclui a estimativa da respetiva despesa fiscal. Portanto, ele, Senhor Presidente, começou por dizer que isto é apenas a delimitação territorial das ARU,s e que depois isto não deixará de vir à reunião de Câmara proposta concreta e tem que ser, é evidente, que depois têm que contabilizar, fazer uma estimativa de qual a receita fiscal que a Câmara vai disponibilizar e também a taxa indicativa que ali está, a isenção de IMI, por exemplo, por 5 anos, renovável por mais 5, a isenção de IMT e etc., é uma questão que depois ainda vai ser discutida. Portanto, apesar de estar ali há-de vir a proposta à reunião de Câmara e há-de ser feita a estimativa da respetiva despesa fiscal, que é relevante, relevantíssima e que



Reunião de 23/06/2016

depois tem o binómio entre termos edifícios reabilitados e havendo reabilitação há melhor qualidade do meio urbano, melhor qualidade de vida, bem-estar das populações e, portanto, para que é que a Câmara precisa dessa receita fiscal se, entretanto, os privados, com o esforço e com a iniciativa privada, com o seu investimento estão, de facto, a reabilitar aquilo que é também o meio urbano em que o espaço público se insere e, portanto, isto está devidamente salvaguardado. Dirigindo-se ao Senhor Vereador Dr. Alexandre Borges, o Senhor Presidente afirmou que a questão da sede do Concelho e nessa altura o Senhor Vereador Dr. Alexandre Borges estava ainda na Câmara a acompanhar este processo, o Executivo pediu mesmo para a SPI colocar a questão à entidade gestora das ARU,s, porque foi a questão que desde a primeira hora se levantou e ele, Senhor Presidente, está com o Senhor Vereador Dr. Alexandre Borges e com todos, que foi o primeiro a dizer à Senhora Presidente da CCDR, em Tondela, quando ela veio dizer que isto era só para a sede do Concelho, aliás, no aviso está mesmo escrito, Sede do respetivo Município, está mesmo escrito no ponto 3 do aviso e o Executivo pediu à SPI para questionar a entidade gestora e a entidade gestora veio dar estes esclarecimentos. A pergunta foi feita: *No âmbito da elaboração dos PEDU,s para as cidades de terceira ordem também estava definida a questão, como sede do Concelho, depois houve uma evolução de interpretação no sentido de ser em outros centros urbanos e agora neste aviso está definida porque para centro urbano, identificado no anexo I, que é sede do respetivo Município. Esta redação indicia que, contrariamente ao critério estabelecido para os PARU,s dos centros urbanos regionais, o PARU aplicável aos centros urbanos complementares, que é o caso de Nelas, está reservado a ações, exclusivamente localizadas no aglomerado urbano da sede do Concelho. Face à importância que esta questão reverte para o Município de Nelas na definição da estratégia municipal de reabilitação urbana e identificação do conjunto de ações, incluindo o PARU, no conjunto de ações de reabilitação urbana, solicitamos a V.ª Ex.ª o esclarecimento sobre este assunto.* Isto no dia 15 de abril de 2016. A resposta veio da entidade gestora a dizer assim: *Bom dia. De acordo com o ponto 3, do aviso n.º 16-2016-01, as ações do PARU, para os centros urbanos complementares terão que estar localizadas nos aglomerados urbanos identificados no anexo I (sedes do respetivo Município), correspondente aos centros urbanos classificados uninominalmente no texto do Programa Operacional do Centro e não outros.* Podia deixar uma cópia ao Senhor Vereador Dr. Alexandre Borges. Portanto, Sede do Concelho. A questão dos benefícios fiscais que hão-de vir para depois a Câmara levar isto à Assembleia Municipal porque quem aprova as ARU,s, do ponto de vista legal, é a Assembleia Municipal. O Executivo, agora, tem um ano para propor isto à Assembleia Municipal. É evidente que é uma questão que também se colocou na discussão relativamente à delimitação das ARU,s e foi uma questão que o Executivo colocou logo, que era, porque é que o Concelho de Nelas não é todo ele uma ARU? Todo o Concelho de Nelas é uma ARU, na perspetiva de todos os Municípios estarem em igualdade de circunstâncias para poderem beneficiar do mesmo quadro de incentivos fiscais e de apoio ao INFRU de que vão beneficiar estes territórios, que hoje estão a delimitar, de Nelas, Canas de Senhorim, Felgueira e Santar. E porquê estes? Pelas razões que ele, Senhor Presidente, explicou. Porque foi dito ao Executivo que era para núcleos urbanos complementares de determinada dimensão. Disseram, na altura, ao Executivo que era até com mais de dois mil habitantes. E o Executivo decidiu fazer uma ARU para a Felgueira e para Santar, para aproveitar os fundos comunitários, que o Executivo sabia que iriam decorrer do



Reunião de 23/06/2016

PROVER dos produtos endógenos ligados à água e às Termas, o Executivo decidiu fazer uma ARU também para as Caldas da Felgueira, para aproveitar os quadros comunitários nesse sentido porque na estratégia da CIM Viseu Dão Lafões está como produto estratégico a questão das termas e como também está como questão estratégica a questão do vinho o Executivo decidiu fazer uma ARU para Santar para também estar em posição privilegiada para poder recorrer a financiamentos comunitários no âmbito da ARU. Faz todo o sentido que depois na definição de uma ARU concreta, não é de excluir a possibilidade e qualquer um dos Senhores Vereadores a pode fazer e ele, Senhor Presidente, está disponível para participar nesta discussão e nesse critério de igualdade, que é um dos princípios fundamentais que devem presidir à gestão da coisa pública, que é o princípio da igualdade. Ele, Senhor Presidente, acha que, no quadro dos benefícios fiscais, faz todo o sentido, posteriormente, a Câmara de Nelas discutir uma ARU para todo o Concelho de Nelas e, portanto, para todos os Municípios poderem beneficiar em situação de igualdade de todos. Hoje não é definido nenhuma ARU em concreto a que ninguém possa recorrer em concreto. Pediu ao Senhor Vereador Dr. Manuel Marques para o deixar concluir. Ele, Senhor Presidente, admite que depois de definidas estas áreas de reabilitação urbana para efeitos de candidatura a fundos comunitários, nos precisos termos em que isto é permitido, que, no âmbito da aprovação de uma ARU estas 4 ARU,s sejam substituídas, ou acrescentadas, por uma ARU global para o Município de Nelas. O aviso já está a andar e a maturidade para a candidatura é apenas esta. Pediu ao Senhor Vereador Dr. Manuel Marques para o deixar concluir. Pediu aos Senhores Vereadores só mais um minuto para a questão do impedimento e da sugestão que fizeram. Falta-lhe ali corresponder a duas sugestões que fizeram, que é a questão da votação separada das ARU,s. Concorde inteiramente, aliás, vinha até com esse propósito. Acha que faz sentido, aliás, até do ponto de vista legal, que seja a delimitação territorial. Parece-lhe bem, mas queria também dizer que não lhe parece que o facto de nós, ou alguns dos nossos familiares, ter na área territorial abrangida, alguma propriedade, isso constitua algum impedimento, senão ninguém podia votar uma área de reabilitação urbana, porque havemos de ter um primo, um cunhado, um irmão, a viver em Nelas, em Canas de Senhorim, em Santar. Portanto, o que estão ali a votar é uma ARU geral e abstrata. É o seu entendimento. Será votado em separado. Agora, que não seja hobbies, ou impedimento para qualquer dos Membros da Câmara, porque qualquer um dos Membros da Câmara, felizmente, tem familiares nestas áreas de reabilitação urbana que estão a ser definidas. Então, por essa lógica, viria uma área de reabilitação urbana para todo o Concelho e a Câmara não a podia aprovar, pronto, por absurdo. Em relação à moção acha muito bem. Poderá ficar na deliberação que, ele, Senhor Presidente, subscreve, um texto a dizer que a Câmara Municipal repudia a interpretação mantida pela entidade gestora e pela CCDR de que os meios disponibilizados para investimento público no âmbito das áreas de reabilitação urbana dos PARU,s sejam apenas para as sedes dos Concelhos. Repudiam essa interpretação. Acha que resolveu a todas as questões menos ao estacionamento subterrâneo proposto pelo Senhor Vereador Artur Ferreira. Tem que haver sempre alternativas de estacionamento porque as pessoas mobilizam mais os carros. Toda esta área da Praça do Município e a envolvente até à Avenida João XXIII, estamos num momento histórico em que tudo é, potencialmente, adquirível pela Câmara. Não quer dizer que vá ser adquirido, porque o edifício da CVR é da CVR e a CVR está disponível para haver entendimento com a Câmara. O edifício da antiga casa do Senhor Caldeira é das



Reunião de 23/06/2016

Infraestruturas de Portugal e as Infraestruturas de Portugal estão disponíveis para negociar também aquele imóvel com a Câmara. Ele, Senhor Presidente, já falou com a Família do Senhor Manuel Vaz e com os Herdeiros, o Senhor Morais e o Senhor Vítor Vaz. Está a decorrer um processo de partilha daquele terreno ali em baixo e também não pode ser de excluir, ou um privado, de facto, constrói ali e dinamiza ali o centro urbano. Está em partilha e ele, Senhor Presidente, está a par, já falou, inclusivé com o advogado que representa o Senhor Morais nessa partilha e proximamente haverá novidades relativamente quer àquele terreno em frente à Avenida João XXIII, quer aquele terreno ali. Estava a arranjar um parque subterrâneo para o Senhor Vereador Artur Ferreira. O terreno está em partilha. O barracão, em frente aos Antónios é de uma herança também do Senhor Montenegro e da Esposa, que também está num processo de partilha. Ele, Senhor Presidente, também está a acompanhar esse processo. A casa ao lado é também do Senhor Montenegro e da Esposa e também já a tiveram à venda e também pode ser vendável. Não quer dizer que a Câmara compre tudo. Também tem informação que com a morte do Senhor Abel, aquilo agora também está na herança e são três sobrinhos. Também já falou com o Senhor João Pedro Vaz, que é um dos sobrinhos, um dos filhos da irmã. Ele, Senhor Presidente, manifestou o interesse por parte da Câmara em acompanhar o processo, que será sempre uma área em que a Câmara está sempre interessada no sentido de alargar o espaço urbano da Praça do Município. Portanto, se calhar, não vai ser preciso nenhum parque subterrâneo para aumentar a oferta de estacionamento na zona da Praça do Município. Em relação ao valor das 4 ARU,s, ele, Senhor Presidente, tinha dito que falou entre 4 milhões de euros a 5 milhões de euros. -----

---- O Senhor Vereador Adelino José Borges Amaral afirmou que só queria clarificar que, de facto, aquilo que ele disse não é, propriamente, uma dúvida, é uma reserva que ele percebeu que, naturalmente, o impacto nas finanças da Autarquia teria que ter avaliação posterior, mas é uma reserva que, a concretizar-se, entronca na outra reserva que é o tratamento desigual das várias Freguesias e das várias intervenções no Concelho. Era só uma reserva, mais nada. -----

---- O Senhor Presidente afirmou que estava inteiramente de acordo, mas é uma questão que está salvaguardada na discussão posterior que vão ter relativamente à estimativa da respetiva despesa fiscal que é obrigatório acompanhar a proposta para a Assembleia Municipal. -----

---- De seguida, a votação do presente assunto foi, então, separado por propostas de delimitação da Área de Reabilitação Urbana de Nelas, Área de Reabilitação Urbana de Canas de Senhorim-Urgeiriça, Área de Reabilitação Urbana de Santar-Casal Sancho e Área de Reabilitação Urbana de Caldas da Felgueira. -----

---- A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta de delimitação da Área de Reabilitação Urbana (ARU) de Nelas, para posterior submissão à Assembleia Municipal para aprovação, nos termos do artigo 13.º, do Decreto-Lei n.º 307/2009, de 23/10, na sua atual redação. -----

---- A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta de delimitação da Área de Reabilitação Urbana (ARU) de Canas de Senhorim-Urgeiriça, para posterior submissão à Assembleia Municipal para aprovação, nos termos do artigo 13.º, do Decreto-Lei n.º 307/2009, de 23/10, na sua atual redação. -----

---- A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta de delimitação da Área de Reabilitação Urbana (ARU) de Santar-Casal Sancho, para posterior submissão à Assembleia



Reunião de 23/06/2016

Municipal para aprovação, nos termos do artigo 13.º, do Decreto-Lei n.º 307/2009, de 23/10, na sua atual redação. -----

---- A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta de delimitação da Área de Reabilitação Urbana (ARU) de Caldas da Felgueira, para posterior submissão à Assembleia Municipal para aprovação, nos termos do artigo 13.º, do Decreto-Lei n.º 307/2009, de 23/10, na sua atual redação. -----

---- De seguida, o Senhor Presidente pediu a fineza aos Senhores Vereadores para assinarem os documentos originais pois o Executivo necessita, para a candidatura, da versão original rubricada por todos os Senhores Membros da Câmara. -----

---- O Senhor Presidente esclareceu, em relação, aos documentos que os Senhores Vereadores iam assinar, que nos gráficos tinha mandado corrigir a interseção de Caldas da Felgueira para Oliveira do Hospital, que é tão importante como a interseção de Nelas para Seia. -----

---- O Senhor Vereador Dr. Manuel da Conceição Marques apresentou a seguinte declaração de voto: *“É uma declaração política. Não é uma declaração pessoal. Voto favoravelmente para não prejudicar as populações de Nelas, Canas de Senhorim/Urgeiriça, Santar/Casal Sancho, bem como a das Caldas da Felgueira. Lamento que o Presidente da Câmara, na sua proposta hoje apresentada, para discussão, não contemple, nem considere as demais localidades do Concelho, sendo que é uma notória discriminação das populações do Concelho de Nelas. Estamos, liminarmente, a condenar a restante reabilitação urbana do nosso Concelho. Considerando que o aviso apenas previa só para a sede do Concelho, decidiu o Presidente da Câmara de Nelas alterá-lo às demais hoje apresentadas, abdicando das áreas do restante Concelho. No entanto, por força das populações, votei favoravelmente.”* -----

---- O Senhor Vereador Artur Jorge dos Santos Ferreira apresentou a seguinte declaração de voto: *“Muito obrigado Senhor Presidente. Também votei favoravelmente e subscrevendo também uma parte daquilo que disse o Senhor Vereador Dr. Alexandre Borges, acho que era importante também fazer chegar a quem de direito para que não fosse só para a área da sede do Concelho. Também reafirmar que era necessário então proceder-se a uma delimitação nova de área de reabilitação urbana para que possam os outros Municípios também beneficiar de alguma situação em concreto.”* -----

---- O Senhor Vereador Dr. Alexandre João Simões Borges apresentou a seguinte declaração de voto: *“Só referir que voto favoravelmente e sem condicionalismos, estas áreas de reabilitação urbana porque tenho a certeza de que elas servirão de exemplo para alargar estas mesmas áreas a outras Freguesias do Concelho de Nelas com, a breve trecho, para podermos, com a experiência que será, certamente, positiva, alargá-la ao restante Concelho. E também queria expressar algumas palavras relativamente àquilo que iremos submeter à CCDR e, eventualmente, dar conhecimento à tutela, eu penso que a opinião da CCDR Centro até é contrária ao espírito dos fundos de coesão e, portanto, dar a possibilidade a cada um dos Municípios de fazer a gestão que bem entender do território sob sua responsabilidade e, concretamente, na questão das áreas de reabilitação urbana.”* -----

---- O Senhor Presidente afirmou que, então, fica consignado também por parte do Presidente da Câmara, em ata, depois, *que as ARU,s, como foram apresentadas, visam apenas a sua delimitação territorial com vista á candidatura a fundos comunitários que estão disponíveis, que essa delimitação territorial não despensa a discussão posterior, quer do quadro*



Reunião de 23/06/2016

financeiro associado à despesa relativa às receitas próprias da Câmara, impostos e taxas, quer da possibilidade, por mor do princípio da igualdade que deve presidir à gestão da coisa pública, de colocar em igualdade de circunstâncias na reabilitação urbana todos os munícipes residentes no Concelho de Nelas, que o Presidente da Câmara também está disponível, naturalmente, para acolher e, portanto, a possibilidade de reabilitação urbana e dos benefícios fiscais e recurso ao Instituto Financeiro inerente não está excluído de discussão em termos futuros. -----

---- O Senhor Presidente afirmou que aproveitava, também, isto já fora da declaração de voto, de corresponder à sugestão do Senhor Vereador Dr. Alexandre Borges, no sentido de pôr a votação um voto de repúdio pela interpretação restritiva à sede do Concelho à área de reabilitação urbana financiável por fundos comunitários que são redutoras, quer da liberdade e autonomia próprias do Poder Local, quer da especificidade de cada Concelho, quer do prejuízo que disso pode resultar para as populações residentes no mesmo Concelho e a solidez e bem-estar das suas comunidades. -----

---- De seguida, o Senhor Presidente pôs à votação o voto de repúdio, o qual foi aprovado por unanimidade, pela interpretação restritiva nos termos em que ele, Senhor Presidente, ditou. ---

---- O Senhor Presidente informou os Senhores Vereadores e pedia perdão por este conjunto de reuniões extraordinárias, de calendários, mas na próxima reunião, que não vai ser extraordinária, vai ser ordinária, vai marcá-la hoje para quarta-feira, que é a última quarta-feira do mês e virá também e estará disponível a partir de segunda-feira, para qualquer um dos Senhores Vereadores, todos os projetos das 6 ETAR,s que o Executivo vai candidatar no Aviso PO SEUR que está aberto e cujo prazo acaba no dia 5 de julho. Estarão disponíveis, segunda-feira, se quiserem ver os projetos. O que o Executivo vai enviar hoje é a memória descritiva das ETAR,s e também a memória descritiva do sistema de abastecimento de água em que o Executivo irá candidatar um depósito de 4.000 m³ de água. Vai ser definido o terreno, de preferência, junto à Variante de Nelas. Há necessidade de comprar um terreno junto ao campo de futebol, na Variante de Nelas. As condutas gerais passam todas junto ao campo de futebol. A empresa que está a fazer o estudo aconselha que seja junto à rotunda que vai para Mangualde. Ou é no terreno junto ao campo de futebol. Ficará tudo interligado. Neste aviso que está aberto, de 3 milhões de euros, por Concelho, 1,5 milhões de euros para saneamento e 1,5 milhões de euros para água. O Executivo vai tentar aproveitar 1,5 milhões de euros para água para o aproveitar todo para um depósito de 4.000 m³, que será 5 vezes o depósito que foi construído lá em cima. Eles não apoiam a telegestão, vamos-lhe chamar apoio a sistema informático de gestão de abastecimento de água do Concelho. Virá, também, ou na próxima reunião de Câmara, ou na outra, como os Senhores Vereadores sabem, tem havido discussão da construção de uma barragem, particularmente, de abastecimento de água para este universo de Concelhos de Nelas, Mangualde, Penalva do Castelo, Sátão, Vila Nova de Paiva, Castro Daire, Vouzela, São Pedro do Sul e Viseu, que implica a construção de uma barragem nova de abastecimento de água no Rio Vouga, em Vila Nova de Paiva, que é a barragem da Maeira. O Executivo identificou um conjunto de necessidades de água para o Município de Nelas para os próximos 20 anos de 4 milhões de metros cúbicos de água. Atualmente, ele, Senhor Presidente, tem os dados de 2014, o nosso consumo de Fagilde foi 1 milhão de metros cúbicos de água. O Executivo identificou como necessidade nos próximos 20 anos, além dessa água que tem de Fagilde, mais 4 milhões de metros cúbicos potencial e



Reunião de 23/06/2016

acha que a água nunca é demais. No dia 28 vai assinar um protocolo com a Câmara de Viseu e com aquelas Câmaras todas que referiu, no sentido de serem feitos os estudos, que depois a Câmara analisará devidamente em função dos estudos da nossa participação no custo da barragem, quanto é que custa a barragem. Ele, Senhor Presidente, acha que o Município de Nelas não deve ficar de fora nos estudos e da possibilidade de ter mais uma fonte de abastecimento de água. Em relação á questão da exploração da água, tudo estava feito para fazer uma ETA em Girabolhos, na Barragem da Bogueira, o Complexo não vai avançar. Portanto, essa questão da captação da água na Póvoa dos Luzianes fica assim um bocadinho pendurada. Vai ver qual é o horizonte temporal de construção desta Barragem da Maeira e tem estado em contacto com a empresa LusoFinsa relativamente a essa questão da água. Estava a dar esta informação já um bocadinho fora da agenda para os Senhores Vereadores irem acompanhando na assinatura dessa papelada. No sistema todo de abastecimento de água, em termos de telegestão está equacionada uma série de intervenções de sítios onde não há pressão suficiente, por exemplo, em Carvalhal Redondo, com uma colocação de um série de sistemas de gestão que permita por via informática ter o controlo absoluto do abastecimento de água em termos municipais. -----

APROVAÇÃO DA MINUTA DA ATA

---- O Senhor Presidente da Câmara pediu à Senhora Dr.^a Célia Tavares para proceder à leitura da minuta da ata. Posta à votação a minuta da ata da presente reunião extraordinária, foi a mesma aprovada por unanimidade. -----

---- O Senhor Presidente queria deixar, reafirmar o convite aos Senhores Vereadores para tudo aquilo que já referenciou, mas, particularmente, para a visita do Senhor Ministro do Ambiente, amanhã às 16 horas, no sítio de construção da nova ETAR de Nelas. Vai haver uma cerimónia de apresentação do lançamento da primeira pedra da construção da ETAR e também da Estratégia Ambiental do Município de Nelas nestes próximos anos, que passa por estas componentes que ele, Senhor Presidente, referenciou aos Senhores Vereadores, SAR - Sistemas de Águas Residuais, Água e aproveitamento dos nossos cursos de água e seria com muito gosto que ele fazia questão e insiste em que os Senhores Vereadores pudessem receber o Senhor Ministro do Ambiente, amanhã, às 16 horas, no sítio que é ao pé da ETAR II. Vêm logo na estrada velha de Nelas – Carvalhal Redondo, junto à ETAR II. Acha que era muito simpático e mobilizador. -----

ENCERRAMENTO

---- Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente da Câmara deu por encerrada esta reunião extraordinária às doze horas e dezanove minutos, da qual se lavrou a presente ata que foi lida em voz alta por mim, _____, conforme deliberação tomada na 1.^a reunião desta Câmara Municipal, realizada em 04 de novembro de 2013, que a redigi, subscrevi e assino, tendo verificado a sua conformidade com a minuta já aprovada e assinada. -----



MUNICÍPIO DE NELAS
NELAS
VIVE

Reunião de 23/06/2016
O Presidente,

A Técnica Superior, responsável pela Unidade Orgânica Administrativa e
Financeira/Recursos Humanos e Saúde,
